

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Francisco Reginaldo Queirós

**Fortaleza - Ceará
1998**

FRANCISCO REGINALDO QUEIRÓS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Monografia submetida a Coordenação do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Junho - 1998

Esta Monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se a disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta Monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Francisco Reginaldo Queirós

MONOGRAFIA APROVADA EM: 22 / 09 / 98

Prof. Paulo Pessoa - Orientador da Monografia

Prof. Teresinha Cochrane - Coordenadora da Disciplina

Prof. convidado à Banca Examinadora

Prof. convidado à Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela vida; aos meus pais, pelo amor e dedicação, indispensáveis para o meu crescimento pessoal e profissional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	3
1.1. Definição.....	3
1.2. Considerações gerais.....	3
CAPÍTULO 2 - BALANÇO PATRIMONIAL.....	5
2.1. Definição.....	5
2.2. Disposições gerais.....	5
2.3. Composição do Ativo.....	7
2.3.1. Ativo Circulante.....	7
2.3.2. Ativo Realizável a Longo Prazo.....	9
2.3.3. Ativo Permanente.....	9
2.4. Composição do Passivo.....	12
2.4.1. Passivo Circulante.....	12
2.4.2. Passivo Exigível a Longo Prazo.....	13
2.4.3. Resultado de Exercícios Futuros.....	13
2.5. Patrimônio Líquido.....	14
2.5.1. Capital Social.....	15
2.5.2. Reservas de Capital.....	16
2.5.3. Reservas de Reavaliação.....	16
2.5.4. Reservas de Lucros.....	17
2.5.5. Lucros ou Prejuízos Acumulados.....	20
CAPÍTULO 3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (D.R.E.).....	21
3.1. Definição.....	21
3.2. Estrutura.....	22
3.2.1. Receita Bruta de vendas e serviços.....	22
3.2.2. Deduções de Receita Bruta.....	22
3.2.3. Receita Líquida de Vendas e Serviços.....	23

3.2.4. Custo das Mercadorias Vendidas.....	23
3.2.5. Lucro Bruto ou Resultado Operacional Bruto.....	24
3.2.6. Despesas Operacionais.....	24
3.2.7. Resultado Operacional Líquido.....	25
3.2.8. Receitas Não-Operacionais.....	25
3.2.9. Despesas Não-Operacionais.....	26
3.2.10. Resultado da Equivalência Patrimonial.....	26
3.2.11. Correção Monetária do Balanço.....	26
3.2.12. Resultado antes da Contribuição Social.....	27
3.2.13. Provisão para a Contribuição Social.....	27
3.2.14. Provisão para Imposto de Renda.....	28
3.2.15. Participações e Contribuições.....	31
3.2.16. Lucro ou Prejuízo Acumulado.....	32
3.2.17. Lucro por Ação.....	32
CAPÍTULO 4 - DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS (D.L.P.A.).....	33
4.1. Definição.....	33
4.2. Estrutura.....	33
CAPÍTULO 5 - DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (D.M.P.L.).....	36
5.1. Definição.....	36
5.2. Considerações gerais.....	36
5.3. Estrutura.....	37
CAPÍTULO 6 - DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS.....	39
6.1. Definição.....	39
6.2. Considerações gerais.....	39
6.3. Estrutura da DOAR.....	40
CAPÍTULO 7 - NOTAS EXPLICATIVAS.....	42

CAPÍTULO 8 - PARECER DOS AUDITORES.....	44
CONCLUSÃO.....	45
BIBLIOGRAFIA.....	46
ANEXOS.....	47

INTRODUÇÃO

A Contabilidade, este conjunto organizado de dados, permite que a empresa obtenha informações que são de imensa importância para a tomada de decisões, gerando ações que possam mais eficiência na administração e controle dos bens da empresa.

O início do trabalho, evidencia a composição do Balanço Patrimonial, a mais conhecida das demonstrações contábeis. Em seguida, se descreve a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) que confronta os montantes das receitas e despesas ocorridas no exercício, a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) e Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) que mostram como se comportou o lucro de um exercício para outro e a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) que mede a variação do Capital Circulante Líquido.

Estes demonstrativos são complementados pelas Notas Explicativas que informam mais detalhadamente determinados procedimentos da empresa como os métodos de avaliação de estoques e ônus sobre elementos do Ativo, dentre outros, não se

podendo esquecer dos Pareceres dos Auditores Independentes que dão maior credibilidade às informações patrimoniais.

Tendo por objetivo contribuir humildemente para a aprimoração da Contabilidade, se escolheu as Demonstrações Contábeis como tema desta Monografia.

CAPÍTULO I

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.1. Definição

São relatórios que apresentam de forma sucinta e organizada as diversas informações registradas pela contabilidade num certo intervalo de tempo. Têm sido empregados para expor os resultados obtidos pela empresa para a análise da atual situação financeira desta.

1.2. Considerações legais

A Legislação Societária segue a Lei 6.404 de 1976 que preceitua em seu Artigo 176:

"Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaboração, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I. balanço patrimonial;

- I. balanço patrimonial;*
- II. demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;*
- III. demonstração do resultado do exercício;*
- IV. demonstração das origens e aplicações de recursos.”*

Está também regulamentado na mesma lei que as demonstrações contábeis tem que ser publicadas e devem conter os valores relativos às demonstrações do último exercício.

Notas explicativas acompanham as demonstrações esclarecendo procedimentos e critérios utilizados na realização das mesmas.

CAPÍTULO II

BALANÇO PATRIMONIAL

2.1. Definição

É o demonstrativo que realiza um levantamento do patrimônio (bens, direitos e obrigações) e demonstra como está a posição financeira da empresa num determinado instante.

2.2. Disposições gerais

O Balanço Patrimonial deve ser elaborado de uma forma que facilite o entendimento e a compreensão da situação financeira da empresa. É constituído por 3 (três) componentes:

- a) Ativo, onde estão os bens e direitos da empresa;
- b) Passivo, representado pelas obrigações da companhia;
- c) Patrimônio Líquido, que é o capital próprio, o capital dos proprietários da sociedade.

Atualmente, as empresas bem organizadas, fazem o levantamento de balanço mensalmente ou, no máximo, trimestralmente, incluindo a Demonstração de Resultados. A esse levantamento dá-se o nome de Balancete Mensal.

Se a contabilidade da empresa é moderna, dinâmica, ela deixa de ser um mero registro de fatos mortos, para apresentar em seus Balanços Periódicos a posição real do patrimônio, com todos os ajustes de provisões, atualizações monetárias, extração de resultados, correção monetária do balanço (atualmente extinta), etc, excluindo-se, naturalmente, apenas as distribuições de resultados e as provisões para o Imposto de Renda. Alcançado o final do exercício, nessas empresas há poucos ajustes a serem feitos e sem grande expressão, uma vez que os balanços periódicos já refletiram de modo muito adequado a real situação patrimonial, econômica e financeira da empresa.

O Balanço Patrimonial, de final de exercício, irá prestar informações sobre o quadro geral do desempenho administrativo, sem possibilidade de ajustes e retificações de rumo.

Já, quando o Balanço Patrimonial é mensal, ou no máximo trimestral, a administração da empresa terá nas informações contábeis as suas ferramentas de trabalho permitindo reajustar os seus rumos a partir de análises gerenciais realizadas nesse relatório.

2.3. Composição do Ativo

Os bens e direitos representados no Ativo estarão classificados em 3 grandes grupos, acompanhando um critério de grau de liquidez decrescente como consta a seguir:

- Ativo Circulante;
- Ativo Realizável a Longo Prazo;
- Ativo Permanente¹.

2.3.1. Ativo Circulante

O Ativo Circulante é representado por disponibilidades monetárias, valores realizáveis no exercício seguinte ao do balanço e despesas antecipadas. Seu conjunto de contas e sub-contas corresponde ao chamado capital de giro da empresa. O Ativo Circulante está composto de 4 (quatro) subgrupos distintos como vemos a seguir:

⇒ **Disponível** - São recursos que possuem liquidez imediata, exemplificados pelo numerário no caixa e pelos depósitos bancários sacáveis à vista. Também estão no Disponível as aplicações no mercado aberto, que podem ser prontamente convertidos em moeda corrente.

¹ Ver anexo I

⇒ **Créditos** - Subgrupo também conhecido como Realizável a Curto Prazo. São incluídos neste subgrupo os créditos (direitos) de clientes, provenientes de transações comerciais onde o vencimento ocorre até o final do exercício seguinte, excluindo-se as contas de duplicatas descontadas e provisão para devedores duvidosos.

⇒ **Estoques** - Constitui o montante calculado nos vários inventários da empresa. De acordo com a natureza da empresa que você analisar, será a natureza das contas de estoques a serem analisadas, incluindo-se as construtoras, imobiliárias e incorporadoras com estoques de casas, apartamentos, prédios, terrenos, etc. No caso de empresas comerciais, o estoque é o produto ou mercadoria que é adquirido para comercialização; no entanto, para empresas industriais em que os produtos são construídos pela própria empresa utiliza-se diversas contas:

- *Produtos elaborados*: originários da "linha de montagem" da própria empresa e prontos para venda;

- *Mercadorias para revenda*: produtos adquiridos de terceiros e que não sofreram processo de transformação na empresa;

- *Produtos em elaboração*: são matérias-primas utilizadas que se encontram em processo de transformação;

- *Matérias-primas*: materiais que serão modificados e transformados em peças acabadas, para comercialização;

- *Materiais de consumo*: materiais utilizados na manutenção das máquinas e equipamentos.

⇒ **Despesas Antecipadas** - São aplicações imediatas de recursos na empresa, sem que tenha sido incorrida a

contraprestação de serviços. O exemplo clássico é o do prêmio do seguro pago, com uma apólice de seguro contra fogo ou roubo, cuja vigência seja pelos próximos 12 meses de seu pagamento. A apropriação destas aplicações de recursos deverá ser pela incorrência das despesas, obrigadas a serem apropriadas pelo regime de competência, sem direito de utilizar o regime de caixa. Observa-se aqui, uma peculiaridade: estas despesas, pagas antecipadamente, não serão direitos a serem realizados em dinheiro, a favor da empresa, como ocorre com todas as demais contas do Ativo Circulante. Elas serão realizadas como custos ou despesas, nos períodos em que forem apropriados.

2.3.2. Ativo Realizável a Longo Prazo

Neste grupo serão classificados todos os bens e direitos que somente poderão ser transformados em numerário após 12 meses da data do Balanço Patrimonial e, também, os direitos derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos à sociedade coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes de lucros da empresa, que não constituíram negócios usuais na exploração do objeto da empresa ou sociedade.

2.3.3. Ativo Permanente

O Ativo Permanente representa as aplicações de capital pela empresa em direitos e bens que servirão para vários ciclos operacionais e, por isso, não se destinam à venda. Seu grau de liquidez, portanto, seria nulo. Um edifício utilizado por uma

fábrica, por exemplo, é uma imobilização de caráter permanente, por ser uma inversão básica de capital.

O Ativo Permanente é dividido em 3 subgrupos como se vê abaixo:

- **Investimentos:**

Classificam-se como investimentos as participações acionárias ou em forma de quotas em outras empresas, onde haja a aplicação de recursos, na maioria das vezes voluntariamente. Existem também sociedades que realizam investimentos tendo em vista os incentivos fiscais, onde parte do valor do imposto de renda é aplicado em Fundos de Investimento.

No que diz respeito aos critérios de avaliação dos investimentos permanentes, a legislação prevê dois métodos, o do custo corrigido quando a participação acionária é avaliada de acordo com o preço de custo adicionado de correção monetária e o método da equivalência patrimonial onde o que conta é a participação da investidora no patrimônio líquido da investida.

- **Imobilizado**

É composto pelos bens que se destinam à manutenção do normal funcionamento da empresa. Os elementos do imobilizado podem ser tangíveis, ou seja, tem um corpo físico, como um edifício ou máquina e intangíveis, isto é, os direitos como uma patente, os direitos autorais, as marcas, etc.

São classificados aqui apenas bens e direitos que tenham por objetivo a realização do objeto social da empresa. Se não possuírem esta expressa finalidade, eles serão classificados no

subgrupo Investimentos ou Realizável a Longo Prazo, de acordo com a natureza de seus elementos.

- **Diferido**

De acordo com a Lei 6.404/76, em seu Artigo 179, inciso V, fica estabelecido que serão classificadas no Ativo Diferido as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que atender o início das operações sociais.

Neste subgrupo estarão incluídos os custos e despesas incorridas, isto é, consumidos, mas que beneficiarão a empresa por um longo período, ou seja, por diversos exercícios sociais.

São Exemplos de itens que pertencem ao Diferido, os Gastos de Implantação e Pré-Operacionais, pois a empresa antes de funcionar, aplica recursos em seleção e treinamento de funcionários, em propaganda institucional e em gastos com a abertura da firma. Também são itens do Ativo Diferido, os gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos e os gastos de reorganização.

Por não haver receita, não se apura o resultado no período Pré-Operacional, já que não há despesa para se confrontar. No entanto poderão existir resultados esporádicos como a venda de bens ociosos com lucro, tais valores serão diminuídos dos gastos Pré-Operacionais.

2.4. Composição do Passivo

As obrigações existentes no Passivo se encontrarão classificadas em três grandes grupos, seguindo um critério em ordem decrescente de exigibilidade, de acordo com que segue:

- Passivo Circulante;
- Passivo Exigível a Longo Prazo;
- Resultado de Exercícios Futuros.

2.4.1. Passivo Circulante

É formado pelas obrigações assumidas pela empresa que tem o vencimento no exercício seguinte ao do encerramento do Balanço Patrimonial. O prazo para o registro das obrigações a pagar, é o mesmo que se estabelece para o Ativo Circulante.

Portanto pode-se incluir todos os credores por créditos comerciais e por títulos quirografários, ou seja, aqueles que não possuem garantias especiais por lei, como: Fornecedores, Contas Correntes, Títulos à pagar, Títulos Descontados, Dividendos à Pagar, etc.

Também, estão incluídos neste grupo as obrigações sociais e legais, como os vários impostos e contribuições, entre eles temos: INPS, PIS, FGTS, ICMS, IPI e IR, sem contar com os valores recebidos adiantadamente por bens e/ou serviços que vão ser entregues / prestados no futuro.

Vale lembrar que as obrigações que estiverem em moeda estrangeira terão que sofrer conversão em moeda nacional na data do balanço, assim como as contas sujeitas a conversão monetária que deverão sofrer atualização até o dia do balanço.

2.4.2. Passivo Exigível a Longo Prazo

Grupo composto pelas obrigações com liquidação após o próximo exercício social. É constituído por financiamentos, na maioria das vezes, aplicados no Ativo Permanente; debêntures, que são títulos emitidos pelas empresas, dando direito de crédito dos titulares contra a empresa. Ainda é previsto por lei o diferimento de parcelas do Imposto de Renda à Pagar, esses valores são contabilizados no Exigível à Longo Prazo.

2.4.3. Resultado de Exercícios Futuros

Entre as obrigações, constantes do Passivo, e as contas de Patrimônio Líquido, constantes também do Passivo, a legislação comercial introduziu um grupo denominado Resultado de Exercícios Futuros.

O artigo 181, da Lei 6.404/76, determina expressamente: *"Serão classificadas como Resultados de Exercícios Futuros as receitas de exercícios futuros, diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes"*.

É que existem casos especiais em que uma empresa poderá deter um direito de crédito ou dinheiro vivo mesmo antes da entrega de um produto. O que conceitua receita de exercício é a entrega do produto.

Enquanto não houver a tradição da coisa vendida ao comprador, todo e qualquer saque contra ele e qualquer dinheiro que ele repasse para a empresa só virá a transformar-se em receita de exercício no momento em que a coisa vendida for entregue. Exemplos de receitas de exercícios futuros são: as receitas decorrentes de vendas para entrega futura, os serviços a executar, o recebimento de receitas financeiras vincendas de contratos de empreitada em que os resultados só sejam agrupadas ao final da obra.

2.5. Patrimônio Líquido

A Situação Líquida ou Patrimônio Líquido é a diferença entre o Ativo e o Passivo de uma entidade num determinado momento. O Patrimônio Líquido representa o capital dos sócios ou proprietários

O grupo Patrimônio Líquido, é normalizado pelo artigo 182 da Lei 6.404/76, compondo-se esse grupo dos seguintes subgrupos:

- **Capital Social;**
- **Reservas de Capital;**
- **Reservas de Reavaliação;**
- **Reservas de Lucros**
- **Lucros ou Prejuízos Acumulados;**

2.5.1. Capital Social

É o valor investido pelos proprietários na sociedade, através da integralização de capital, na forma de bens e/ou dinheiro e os lucros obtidos pela empresa que não foram distribuídos por decisão da diretoria.

O Capital Social pode se apresentar com vários aspectos, como veremos a seguir:

- **Capital Autorizado**

Trata-se do valor máximo permitido pelo Estatuto Social da companhia para que o Capital Social seja elevado pelo Conselho de Administração sem que haja necessidade de autorização da Assembléia Geral dos Acionistas.

- **Capital Subscrito**

É o montante de recursos que os sócios se comprometeram a integralizar para o funcionamento da empresa.

- **Capital Realizado**

Representado pela parcela do Capital Subscrito que foi entregue à sociedade pelos sócios, ou seja, é a parcela integralizada, através de bens e direitos.

- **Capital à Realizar**

Montante que ainda não foi realizado, ou seja, não foi entregue à empresa pelos acionistas.

2.5.2. Reservas de Capital

São valores recebidos pela empresa e destinados ao reforço de capital. Estes valores participaram do resultado do exercício como receitas. Provêm de doações e subvenções de terceiros, de lucro (ágio) na emissão de ações, de lucro (prêmio) na emissão de debêntures.

As Reservas de Capital podem ser utilizadas apenas para:

- Absorção de prejuízos, quando estes forem superiores à soma dos lucros acumulados com as reservas de lucros;
- Resgate, reembolso ou compra de ações;
- Resgate de partes beneficiárias;
- Incorporação do capital;
- Pagamento de dividendos a ações preferenciais, quando houver esta vantagem.

2.5.3. Reservas de Reavaliação

Reavaliação é uma atualização dos itens do Ativo pelo valor de mercado. Geralmente, acontece quando há uma defasagem do valor dos componentes do Ativo que se corrigem monetariamente em relação ao valor à preço de mercado.

Deve-se então evitar a confusão entre Reavaliação e Correção Monetária, pois esta última é uma atualização periódica

dos valores, que se fundamenta no custo histórico corrigido, atuando sobre o Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido.

Conclui-se então que são consideradas Reservas de Reavaliação as contrapartidas de aumentos de valor atribuídos a elementos do Ativo (Permanente) em virtude de novas avaliações.

Exemplificando podemos citar que a Companhia "X" possuía no seu Ativo Imobilizado, na conta terrenos, após Balanço Patrimonial um total de \$ 220.000. Todavia, a diretoria suspeitava que este valor estava abaixo do valor de mercado. Contratamos peritos para a elaboração de um laudo. Neste laudo se constatou que os terrenos valem \$ 300.000. Portanto, o valor da reavaliação que excede o que consta no Balanço, será incluído na conta de Reservas de Reavaliação, ou seja, \$ 80.000.

A conta de Reservas de Reavaliação possui duas sub-contas:

Reavaliação de Ativos Próprios: os bens do Ativo são avaliados pelo valor de mercado, se esse valor passar ao seu valor original.

Reavaliação de Ativos de Coligadas e Controladas: contabiliza os valores (diferenças) das reavaliações de bens em coligadas e controladas pelo método da Equivalência Patrimonial.

2.5.4. Reservas de Lucros

Como a própria intitulação já identifica, são valores obtidos com o resultado positivo de cada exercício, com os lucros que não sejam distribuídos a sócios ou acionistas. Entre

estas reservas, todas regulamentadas pela Lei nº 6.404/76, temos as seguintes:

- **Reserva Legal:** Será constituída com 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, e seu valor não excederá de 20% do capital social.

Ex.: A Companhia X obteve um lucro de \$ 700.000,00, conclui-se então que a Reserva Legal será de \$ 35.000,00, ou seja, 5% X \$ 700.000,00.

- **Reserva Estatutária:** É aquela, ou são aquelas previstas no estatuto da companhia e seu valor é o determinado pela parcela anual de lucros líquidos fixados no próprio estatuto. Esta reserva é limitada pelo Artigo 199 da Lei n. 6.404/76.

Ex.: Considerando os dados do exemplo acima para a constituição da reserva estatutária, o estatuto estabelece que 8% do Lucro Líquido deve ser destinado a aquisição de novos equipamentos. Calcula-se então o valor da reserva será de 8% X \$ 700.000,00, ou seja, de \$ 56.000,00

- **Reserva para Contingências:** Tem a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente da perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado. É o caso por exemplo, de um processo fiscal em andamento ou qualquer outra pessoa, como uma multa contratual, cujo valor é presumível. Cessada a causa, faz-se a reversão desta Reserva para contingência para a demonstração contábil de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Ex.: A Empresa B que exporta laranjas para vários países, constituiu uma reserva de 25% do Lucro Líquido para

fazer frente a possibilidade de queda, como o Lucro Líquido apurado no período foi \$ 400.000,00, o valor da reserva foi de \$ 100.000,00 (28% X 400.000,00).

• **Reserva de Lucros à Realizar:** É feita sobre o saldo credor da conta de registro das contrapartidas da correção monetária; sobre o aumento do valor do investimento em coligadas e controladas e sobre o lucro em vendas a prazo realizável após o término do exercício seguinte, conforme o Artigo 197 da Lei n. 6.404/76.

Ex.: A Empresa X vendeu um imóvel que custou \$ 1 milhão por \$ 1,5 milhão, em 50 prestações de \$ 30.000,00 cada uma, no dia 1º de setembro de 19X1. Considerando que a empresa encerra seu balanço em 31/12/X1 e que parte das prestações só vão ser recebidas após o final do exercício seguinte, não é correto reconhecer o lucro de \$ 0,5 milhão se ele ainda não foi realizado.

Cálculo da Reserva:

1º PASSO:

- Nº de prestações a receber após 31/12/X2 X Vr. da prestação = $(50 - 12 - 4) = 34 \times \$ 30.000,00 = \$ 1.020.000$

2º PASSO:

- Valor das prestações a receber após 31/12/X2 X proporção do lucro sobre o preço de venda =

$\$ 1.020.000,00 \times \frac{0,5}{1,5} =$

1,5

$$\$ 1.020.000,00 \times \frac{1}{3} = \$ 340.000,00$$

Valor da reserva: \$ 340.000,00

2.5.5. Lucros ou Prejuízos Acumulados

Os lucros líquidos após a destinação para reservas ou dividendos poderão ser utilizados para aumento de capital, se ainda houver um remanescente, ele permanecerá registrado no grupo do Patrimônio Líquido, sobre o título de Lucros Acumulados.

Se, contrariamente a lucros, a empresa encerra o seu exercício com Prejuízos, após compensar estes prejuízos com a absorção de reservas, o saldo remanescente permanecerá registrado no grupo do Patrimônio Líquido sob o título de Prejuízos Acumulados.

CAPÍTULO III

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (D.R.E.)

3.1. Definição

É o demonstrativo contábil que visa expor o resultado financeiro (lucro ou prejuízo) obtido pela empresa durante o período do exercício social. Tal resultado é proveniente dos registros de todas as receitas, custos e despesas que tenham ou não relação com o objetivo da empresa, e evidencia a eficiência da aplicação do capital investido pelos sócios.

A D.R.E. possui uma apresentação regida pelo Artigo 187, da Lei das S.A. Portanto, ela se apresenta de maneira dedutiva, ou seja, do valor das receitas obtidas é diminuído o valor das despesas que são várias, e após algumas deduções e adições chega-se ao resultado final.

3.2. Estrutura

A D.R.E. na sua elaboração, deve seguir critérios para que se torne consistente, pois em caso contrário ela não possuirá muita credibilidade².

3.2.1. Receita Bruta de vendas e serviços

Também conhecida como Receita Operacional Bruta, é composta das contas representativas de Vendas de Produtos (mercadorias produzidas pela empresa), Vendas de Mercadorias (bens adquiridos de outros produtores para revender) e os serviços vendidos (se a empresa presta serviços a terceiros). Deve-se observar que tais valores devem ser considerados pelo valor contábil, ou seja, antes das deduções.

3.2.2. Deduções da Receita Bruta

Aqui teremos as contas de saldo devedor, desdobradas em impostos operacionais incidentes sobre vendas; os descontos incondicionais e abatimentos, isto é, aqueles que independem de quaisquer condições a serem satisfeitos pelos compradores; as vendas anuladas, ou seja, os produtos, mercadorias ou serviços devolvidos ou não aceitos pelos compradores.

² Vide anexo 2.

3.2.3. Receita Líquida de Vendas e Serviços

Conhecida também como Receita Operacional Líquida, trata-se do saldo resultante da diferença entre a Receita Bruta e suas deduções.

3.2.4. Custo das Mercadorias Vendidas

É a denominação mais usual para o total dos custos que incorreram no processo de industrialização, comercialização ou prestação de serviços. Em empresas industriais o custo das vendas é chamado de Custo dos Produtos Vendidos e nas empresas do setor terciário é denominado de Custo dos Serviços Prestados.

Resumindo, trata-se dos valores que são baixados da conta de estoques por vendas realizadas no período. O C.M.V. é obtido da seguinte fórmula: $CMV = EI + C - EF$.

No caso das empresas industriais, as entradas representam toda produção do período, sendo necessário um sistema de contabilidade de custos cuja complexidade vai depender da necessidade da empresa.

A Produção do Período é representada por dois tipos de custos:

1. Custos Diretos (matérias-primas, mão-de-obra direta, embalagens).
2. Custos indiretos (aluguel, mão-de-obra, indireta, etc.).

No que diz respeito aos estoques, deve-se utilizar critérios de avaliação: o método PEPS (primeiro a entrar é o primeiro a sair), e UEPS (último que entra é o primeiro que sai) e a média ponderada.

3.2.5. Lucro Bruto ou Resultado Operacional Bruto

É o saldo resultante da subtração que ocorre entre a Receita Líquida das vendas e serviços e o Custo das Mercadorias Vendidas.

3.2.6. Despesas Operacionais

Discriminadas após o resultado (lucro ou prejuízo) operacional ou bruto, deverão estar em contas inteiramente definidas. São as seguintes:

- ***Despesas de Vendas*** - gastos que estão relacionados com a colocação, promoção e distribuição dos produtos, deve-se incluir também o risco das vendas dos produtos.

- ***Despesas Administrativas*** - Despesas para dirigir a empresa, envolvendo várias atividades que englobam todas as áreas da empresa, como: salários e encargos da administração, despesas judiciais, etc.

áreas da empresa, como: salários e encargos da administração, despesas judiciais, etc.

- ***Encargos Financeiros*** - São despesas e receitas financeiras e as variações monetárias de obrigações e créditos. São despesas financeiras os juros devidos pela empresa. Pode-se citar os descontos obtidos como receitas financeiras, assim também como os juros cobrados por atraso de clientes.

- ***Outras Despesas Operacionais*** - Trata-se de atividades consideradas acessórios ao objeto da empresa. Exemplificando têm-se: os resultados favoráveis ou não resultantes de investimentos em outras empresas e vendas tidas como esporádicas, que não sejam atividade atípica da empresa.

3.2.7. Resultado Operacional Líquido

Representado pela dedução entre o Resultado Operacional Bruto e o valor das Despesas Operacionais.

3.2.8. Receitas Não-Operacionais

Estas receitas são aquelas que se originam de operações de vendas que não se referem ao objeto da empresa, como seria o caso de uma empresa industrial vender um imóvel ou máquina de seu parque industrial. Por ser receita, ela comparece como elemento positivo na soma algébrica da Demonstração de Resultado.

3.2.9. Despesas Não-Operacionais

São as despesas pagas ou incorridas, não necessárias para o ciclo operacional da empresa, tais como doações, contribuições diversas, pagamento por liberalidade etc. Por serem despesas, no entanto, elas comparecem como elemento negativo, na soma algébrica da Demonstração de Resultado.

3.2.10. Resultado da Equivalência Patrimonial

Nas sociedades coligadas ou controladas, o aumento ou a diminuição dos investimentos relevantes constará nesta conta, incorporando-se ao resultado do exercício.

Se ocorreu aumento no valor dos investimentos pela equivalência patrimonial, o saldo dessa conta será credor e, portanto, será um elemento positivo na soma algébrica. Se pela operação de equivalência patrimonial, o saldo for devedor, revelando uma diminuição no valor dos investimentos, esse saldo será elemento negativo na soma algébrica.

3.2.11. Correção Monetária do Balanço

Se o saldo da conta especial de Correção Monetária do Balanço for credor, esse valor será um elemento positivo na soma algébrica da Demonstração de Resultado e poderá transformar um prejuízo em lucro ou simplesmente aumentar o lucro, se esse lucro já existia. Seguindo este raciocínio, se o saldo for devedor,

esse elemento poderá transformar um lucro em prejuízo ou simplesmente aumentar o prejuízo, se esse prejuízo já existia.

A Lei nº 9.249 elimina a correção monetária do balanço, como diz seu Art. 4º:

“Fica revogada a correção monetária das demonstrações financeiras de que tratam a Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989, e o Art. 1º da Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991.

Parágrafo Único - Fica vedada a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações financeiras, inclusive para fins societários.”

3.2.12. Resultado antes da Contribuição Social

É o resultado obtido pela soma do Resultado Operacional às Receitas Não-Operacionais e pela subtração das Despesas Não-Operacionais.

3.2.13. Provisão para a Contribuição Social

Possui como base de cálculo, o resultado contábil do exercício, antes da contribuição da Provisão para o Imposto de Renda, considerados os ajustes (adições, exclusões e compensações) previstos na legislação.

Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

	§
Lucro Líquido antes da Contribuição Social	740.200,00
Adições	
Provisões Não-Dedutíveis	4.350,00
Reserva de Reavaliação Baixada e não computada no resultado	1.870,00
Prejuízos e Perdas incorridas no exterior computadas no exercício	<u>6.425,00</u>
Total das Adições	12.645,00
Exclusões	
(-) Lucros e dividendos de investimentos avaliados pelo custo de aquisição	5.390,00
(-) Ajustes por aumento do valor de investimentos avaliados pelo Patrimônio Líquido	<u>9.225,00</u>
Total das Exclusões	14.615,00
Base de Cálculo da Contribuição Social	738.230,00
Contribuição Social	59.058,40
Compensações	
Compensação de pagamentos indevidos ou a maior	0,00
Retenção de Contribuição Social por Órgão Público	<u>0,00</u>
Saldo da Contribuição sobre o Lucro Líquido	681.141,60

3.2.14. Provisão para Imposto de Renda

O valor do resultado (lucro) já deduzindo da Contribuição Social, servirá de base de cálculo para a provisão do Imposto de Renda, devendo-se considerar as adições e exclusões previstas em lei.

O lucro ajustado de acordo com a legislação do Imposto de Renda recebe o nome de Lucro Real. É apurado no livro de Apuração do Lucro Real (LALUR).

Apuração do Lucro Real

	§
Ex.: Lucro Líquido antes do I.R.P.J.	681.141,60
Adições	
- Provisões não dedutíveis	4.350,00
- Reserva de Reavaliação Baixada e não computada no Resultado	1.870,00
- Prejuízos e Perdas incorridas no exterior computadas no exercício	6.425,00
- Contribuição Social	59.058,40
	<hr/>
Soma das Adições	71.703,40
Exclusões	
(-) Lucros e dividendos de investimentos avaliados pelo Lucro Líquido	5.390,00
(-) Ajustes por Aumento no valor de Investimentos avalidos pelo Patrimônio Líquido	9.225,00
	<hr/>
Saldo das Exclusões	14.615,00
 Lucro Real	 738.230,00

Cálculo do Imposto de Renda

	§
Lucro Real	738.230,00
Imposto sobre o Lucro Real	
I.R. (15%)	110.734,50
*Adicional	49.823,00
Deduções	
(-) Programa de Alimentação do Trabalhador	3.000,00
(-)Vale-Transporte	2.000,00
	<hr/>
Imposto de Renda à Pagar	155.557,50

* Adicional do Imposto de Renda, incidindo uma alíquota de 10% sobre a parcela do Lucro Real que exceder o limite de R\$ 20.000,00, multiplicado pelo nº de meses do período de apuração (trimestral ou anual) para as empresas em geral, inclusive as instituições financeiras e assemelhadas.

Cálculo do Adicional

	§
Lucro Real	738.230,00
(-) Limite mensal de lucro x 12	240.000,00
	<hr/>
	498.230,00
(=) Alíquota de 10%	49.823,00
(=) Valor do Adicional	49.823,00

3.2.15. Participações e Contribuições

São as participações nos lucros atribuídos a terceiros representados por: Participação de Debêntures, Empregados, Administração, Partes Beneficiárias e Contribuição para Fundos de Previdência Privada, etc.

A legislação prevê que as participações estatutárias citadas acima, serão determinadas sucessivamente e naquela ordem, com base nos lucros que remanesceram depois de deduzida a participação anteriormente calculada.

Exemplo: A empresa Dias & Dias Parados S/A obteve um lucro depois do Imposto de Renda e Contribuição Social de

\$ 360.000,00. Está previsto no estatuto que deve ser calculada uma participação para debêntures, empregados, Administração e partes beneficiárias, com percentuais de 15%, 12%, 10% e 5% respectivamente, sobre o referido lucro.

Cálculo

	§
Lucro Depois do I.R. e Contribuição Social	360.000,00
(=) Participação de Debêntures	(54.000,00)
	<hr/> 306.000,00
(=) Participação dos Empregados	(36.720,00)
	<hr/> 269.280,00
(=) Participação da Administração	(26.928,00)
	<hr/> 242.352,00
(=) Participação de Partes Beneficiárias	(12.117,60)
	<hr/> 230.234,40
Lucro Líquido	230.234,40

3.2.16. Lucro ou Prejuízo Acumulado

Apresenta o resultado da empresa, após todas as deduções. Este valor pode ser distribuído aos acionistas após serem feitas as constituições de reservas.

3.2.17. Lucro por Ação

É apurado pela divisão do lucro líquido do exercício pelo número de ações em circulação do Capital Social.

Seu objetivo é de uma melhor avaliação dos resultados apurados pela companhia em relação as ações que possui.

CAPÍTULO IV

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS (D.L.P.A.)

4.1. Definição

É a demonstração que visa elucidar os motivos da variação do saldo da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, apontando os itens responsáveis pela variação.

4.2. Estrutura

Integram a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados de acordo com o Artigo 186 da Lei das S.A.

- I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;*
- II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;*
- III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.”*

De acordo com o que foi escrito acima, faz se o detalhamento dos itens³ :

- ***Saldo inicial de lucros ou prejuízos acumulados*** - É o saldo que havia na conta no final do exercício anterior;

- ***Ajustes de exercícios anteriores*** - Ocorrem devido a alterações de critério contábil ou incorreções cometidas em exercícios anteriores, e que não podem ser contabilizados no atual exercício para não desrespeitar o princípio da Competência dos Exercícios e a convenção da consistência;

- ***Correção monetária do saldo inicial*** - Por ser uma conta pertencente ao Patrimônio Líquido, a conta de L.P.A. sofre correção monetária como prevê o artigo 185 da Lei das S.A., que informa que o valor do acréscimo será apresentado na DLPA.

- ***Reversão de Reservas*** - Ocorre mais freqüentemente com a reserva para contingências e a reserva de lucros a realizar. A reserva para contingências sofre reversão quando houverem mais as razões que a justifiquem e a reserva de lucros a realizar será revertida de acordo com a realização dos lucros no exercício.

³ Vide anexo 3

• *Lucro Líquido do Exercício* - O valor encontrado na DRE já descontado o Imposto de Renda e as participações deve ser incorporado à DLPA.

• *Transferências por Reservas* - A Administração da empresa, apresenta aos acionistas a proposta para a destinação do lucro apurado no exercício. Normalmente, esta destinação é decidida na primeira A.G.E. após a apuração do lucro, e se decide como será a constituição das reservas que em alguns casos possui limites previstos em lei. Também é definido o valor dos dividendos destinados aos acionistas, sendo que se houver omissão no Estatuto Social da empresa sobre seu valor, este não poderá ser inferior a 25% do Lucro Líquido.

CAPÍTULO V

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (D.M.P.L.)

5.1. Definição

Demonstração que discrimina detalhadamente todos os componentes do P.L. que sofreram variações, mostrando a origem e o valor destas movimentações ocorridas durante o exercício.

5.2. Considerações gerais

A D.M.P.L., diferentemente da DLPA não é obrigatória, e segundo o Artigo 186, § 2º, da Lei n. 6.404/76, a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados pode optar sua reclusão na Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, se esta for elaborada e publicada pela empresa.

5.3. Estrutura

Esta Demonstração se baseia nos registros contábeis que os saldos das contas dos Patrimônio Líquido. Essas variações se dão de 3 (três) maneiras⁴ :

↳ ***Movimentações que elevam o Patrimônio Líquido:***

- lucro líquido do exercício;
- correção monetária das contas do patrimônio líquido;
- aumento de capital por subscrição e integralização de novas ações;
- reavaliação de ativos;
- ágio cobrado na subscrição de ações e prêmio na de debêntures, etc.

↳ ***Movimentações que diminuem o Patrimônio Líquido:***

- prejuízo líquido do exercício;
- aquisição de ações da própria sociedade (ações em tesouraria);
- dividendos;
- correção monetária de prejuízos acumulados, etc.

⁴ Vide anexo 4.

↳ *Movimentações que não afetam o Patrimônio*

Líquido:

- aumento de capital por incorporação de reservas;
- apropriação do lucro líquido da conta de lucros ou prejuízos acumulados para outras reservas;
- compensações de prejuízos através de reservas, etc.

CAPÍTULO VI

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

6.1. Definição

Demonstração que expõe as operações (origens e aplicações de recursos) que influenciam nas modificações da situação financeira da empresa. Tal situação é obtida pela diferença dos saldos das contas de ativos e passivos existentes nos Balanços de dois exercícios.

6.2. Considerações gerais

A DOAR esclarece como ocorreu a variação do Capital Circulante Líquido (diferença existente entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante). O Capital Circulante Líquido sofre alteração apenas em operações entre contas do Circulante e Não-Circulante.

O Capital Circulante Líquido se eleva na ocorrência de operações denominadas de Origens de Recursos, ou seja, na

obtenção de recursos, como a venda de Ativo Imobilizado e aumento de capital social. Ele se reduz em operações de aplicações de recursos, que ocorre quando a empresa adquire bens, efetua pagamentos e distribui dividendos, etc.

6.3. Estrutura da DOAR

A Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, seguindo a Lei 6.404, Artigo 188, é composta de 4 (quatro) partes⁵:

I - Origens de Recursos:

- a) Das Operações - quando existe uma elevação do Capital Circulante Líquido, devido a um superávit das receitas.
- b) Dos Acionistas - representado pelo aumento do capital integralizado.
- c) De Terceiros - pelo recebimento de empréstimos e recursos vindos da venda de Ativo Permanente.

II - Aplicações de Recursos:

- a) Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado.
- b) Aquisições de Realizável a Longo Prazo.
- c) Pagamento de empréstimos (Exigível a Longo Prazo).
- d) Distribuição de dividendos.

⁵ Vide anexo 5.

III - Aumento ou Redução do Capital Circulante Líquido

Apresenta o total do aumento ou redução do Capital Circulante Líquido, ou seja, mostra a diferença entre as aplicações e origens de recursos.

IV - Variação do Capital Circulante Líquido

Apresenta os saldos inicial e final do exercício, do Ativo e Passivo Circulante, o valor acumulado do Capital Circulante Líquido e sua variação durante o exercício social.

CAPÍTULO VII

NOTAS EXPLICATIVAS

São observações e quadros explicativos que acompanham as Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404 de 1976.

Possuem a finalidade de informar as principais práticas contábeis adotadas pela empresa, para esclarecimento de sua situação patrimonial.

O Art. 176, § 5º da Lei nº 6.404/76 indica as notas explicativas obrigatórias que devem estar contidas nas demonstrações contábeis publicadas. São as seguintes:

a) O critério de avaliação das aplicações temporárias em títulos e valores mobiliários (custo atualizado ou valor de mercado, em ouro, etc.

b) A base da constituição da provisão para devedores duvidosos.

c) Os critérios de avaliação dos estoques, isto é, se estão ao custo médio de aquisição ou produção, ao custo das compras mais antigas (UEPS) ou mais recentes (PEPS), ou ao valor de mercado.

d) Os critérios de avaliação do imobilizado, por principais classes, inclusive as taxas de depreciação ou exaustão utilizadas em função da vida útil econômica estimada dos bens e o método de aplicação dessas taxas.

e) O critério de avaliação dos investimentos, ou seja, se estão avaliados ao custo menos provisão para perdas, ou pelo método da equivalência patrimonial, no caso de investimentos relevantes em coligadas e/ou controladas.

f) O critério de avaliação do Ativo Diferido, ou seja, as bases adotadas pela empresa para ativar os gastos de implantação e pré-operacionais de novos projetos e critérios de sua amortização.

g) O critério de registros dos passivos, particularmente quanto aos empréstimos e financiamentos, ou seja, se estão atualizados pelas variações monetárias correspondentes e juros, e o critério contábil quanto à apropriação das despesas financeiras (encargo do exercício, ativo diferido, se a empresa estiver em fase pré-operacional, etc).

h) A base de contabilização da Provisão para o Imposto de Renda, inclusive quanto à consideração ou não dos incentivos fiscais correspondentes e a doação do diferimento do Imposto de Renda.

i) Forma de reconhecimento dos efeitos da inflação, etc.

CAPÍTULO VIII

PARECER DOS AUDITORES

A auditoria é obrigatória em companhias abertas, seguradoras e instituições financeiras controladas pelo Banco Central. O parecer informa se as demonstrações foram realizadas respeitando os Princípios de Contabilidade.

Todos os Relatórios Contábeis possuem funções específicas e importantes para o futuro das entidades.

CONCLUSÃO

As empresas necessitam de informações para dar um suporte a tomadas de decisões. Entre essas informações, possuem especial importância as de características contábeis, incluídas nas Demonstrações Contábeis.

Tais informações esclarecem aspectos como: a capacidade de lucrar, o nível de endividamento, o patrimônio imobiliário, o saldo bancário e atendem além da empresa a instituições financeiras, fornecedores e órgãos públicos.

Para que os dados sejam confiáveis é preciso que se realize um levantamento que verifique forma, conteúdo e coerência do trabalho contábil, permitindo que ao longo do tempo a contabilidade possua uma linguagem uniforme, e se torne um retrato fiel da realidade da empresa.

Finalizando, é plausível expressar que as demonstrações contábeis são mutáveis como a Contabilidade, portanto, à medida que forem se apresentando inovações na Contabilidade, também estas evoluirão para se adequarem às novas realidades.

BIBLIOGRAFIA

- ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços*. 3ª ed., São Paulo: Editora Atlas, 1991.
- BERNARDES, Adherbal Corrêa e PEREIRA, Wilson Chamhie. *Manual do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica*. IOB Informações Objetivas
- BRASIL. *Lei das S.A. nº 6.404*, de 15 de dezembro de 1976. Editora Atlas, 1993.
- FRANCO, Hilário. *Estrutura, análise e interpretação de balanços*. 15ª ed.
- GELBCKE, Ernesto R; IUDICIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações*. 3ª ed., São Paulo: Editora Atlas, 1994.
- MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*, 4ª ed., São Paulo: Editora Atlas, 1990.

ANEXOS

ANEXO 1

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 19X2 e 19X1

	31.12.X2	31.12.X1
	R\$	R\$
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE	<u>35.135.701,84</u>	<u>30.614.934,88</u>
CAIXA	894.791,97	303.134,71
BANCOS C/ MOVIMENTO	474.843,95	393.370,44
ARREC. DE REC. DE TERC.	5.840.493,21	5.541.431,92
APLICAÇÕES FINANC.	108.289,70	254.306,96
CRÉDITOS DIVERSOS	5.402.537,40	6.433.795,53
ESTOQUES	21.635.708,13	16.920.929,55
IMPOSTOS COMPENSAV.	386.219,18	476.853,76
DESPESAS ANTECIPADAS	392.818,30	291.112,01
ATIVO REAL. A L. PRAZO	<u>167.352,88</u>	
DEPÓSITOS JUDICIAIS	167.352,88	
ATIVO PERMANENTE	<u>24.287.916,75</u>	<u>21.907.458,52</u>
INVESTIMENTOS	7.076.791,58	7.063.286,15
IMOBILIZADO	17.211.125,17	14.844.172,37
TOTAL DO ATIVO	<u>59.590.971,47</u>	<u>52.522.393,40</u>
	31.12.X2	31.12.X1
	R\$	R\$
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE	<u>28.196.114,78</u>	<u>27.934.242,52</u>
EMPRES. À PAGAR	8.165.791,35	10.348.061,89
FORNECEDORES	9.480.836,86	7.904.334,57
DÉBITOS DIVERSOS	7.776.355,06	7.037.317,62
IMP. TAXAS E CONTRIB.	2.635.197,89	2.210.793,13
PROV. P/ IMP. DE RENDA	77.130,30	305.633,14
PROV. P/ CONTR. SOCIAL	24.420,34	66.497,88
DIVIDENDOS À PAGAR	36.382,98	61.604,29
PASSIVO EXIG. À L. PRAZO	<u>8.310.879,31</u>	<u>1.205.845,70</u>
CRÊD. DE SÓCIOS/COLIG.	8.167.079,91	1.046.720,63
PROV. P/ IR DIFERIDO	143.799,40	159.125,07
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>23.083.977,38</u>	<u>23.382.305,18</u>
CAPITAL SUBSCRITO	17.500.000,00	17.500.000,00
CAP. A INTAGRALIZAR	(719.800,00)	(719.800,00)
RESERVA DE REAVAL	6.000.000,00	6.000.000,00
RESERVA DE LUCROS	20.628,90	12.969,32
LUCROS ACUMULADOS	283.148,48	589.135,86
TOTAL DO PASSIVO	<u>59.590.971,47</u>	<u>52.522.393,40</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

	19X2	19X1
	R\$	R\$
REC. BRUTA VENDAS E SERV.	132.307.210,62	102.546.927,19
DED. DA RECEITA BRUTA	<u>(5.801.301,92)</u>	<u>(4.758.520,84)</u>
REC. LÍQ. DE VENDAS E SERV.	126.505.908,70	97.788.406,35
CUSTO DAS MERC. VENDIDAS	<u>(90.132.252,87)</u>	<u>(66.724.352,77)</u>
LUCRO BRUTO	36.373.655,83	31.064.053,58
DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(36.006.945,64)</u>	<u>(30.432.536,09)</u>
DE VENDAS	(2.300.784,49)	(1.664.048,07)
ADMINISTRATIVAS	(32.885.675,60)	(24.945.383,08)
ENC. FINANC. LÍQUIDOS	(4.238.234,48)	(3.991.380,30)
OUTRAS REC. OPERAC.	<u>3.417.748,93</u>	<u>168.275,36</u>
RESULTADO LÍQUIDO	366.710,19	631.517,49
RES. NÃO OPERAC.	<u>1.605,44</u>	<u> </u>
RES. ANTES DO IR E C. SOCIAL	368.315,63	631.517,49
IMPOSTO DE RENDA	(164.997,03)	(305.633,14)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>(50.127,11)</u>	<u>(66.497,88)</u>
LUCRO LÍQUIDO	153.191,49	259.386,47
LUCRO POR AÇÃO	0,00875	0,014822

ANEXO 3

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

	R\$
SALDO EM 31.12.X0	597.768,25
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-3.045,30
LUCROS INCORPORADOS AO CAPITAL	-190.399,95
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	259.386,47
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL	-12.969,32
DIVIDENDOS A DISTRIBUIR	-61.604,29
SALDO EM 31.12.X1	589.136,86
AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES	-415.136,31
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	153.191,49
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL	-7.659,58
DIVIDENDOS A DISTRIBUIR	<u>-36.382,96</u>
SALDO FINAL EM 31.12.X2	283.148,48

ANEXO 4

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31/12/X2 E 31/12/X1

	CAPITAL			RESERVAS			LUCROS	
	SUBSCRITO	A INTEGRALIZAR	REALIZADO	CAPITAL	REAVLIAÇÃO	LEGAL	ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 31.12.X0	3.000.000,00		3.000.000,00	682.151,00	15.627.449,05		597.768,25	19.907.368,30
Ajustes de per. anter.							-3.045,30	-3.045,30
Aumento de capital								0,00
Crédito de sócios	4.000.000,00	-719.800,00	3.280.200,00					3.280.200,00
Com reservas	10.309.600,05		10.309.600,05	-682.151,00	-9.627.449,05			0,00
Com lucros	190.399,95		190.399,95				-190.399,95	0,00
Lucro líq. do exercício							259.386,47	259.386,47
Dest. do lucro líquido								0,00
Reservas						12.969,32	-12.969,32	0,00
Dividendos							-61.604,29	-61.604,29
Saldos em 31.12.X1	17.500.000,00	-719.800,00	16.780.200,00		6.000.000,00	12.969,32	589.135,86	23.382.305,18
Ajustes de per. anter.							-415.136,31	-415.136,31
Lucro líq. do exercício							153.191,49	153.191,49
Dest. do lucro líquido								
Reservas						7.659,58	-7.659,58	
Dividendos							-36.382,98	-36.382,98
Saldos em 31.12.X2	17.500.000,00	-719.800,00	16.780.200,00		6.000.000,00	20.628,90	283.148,48	23.083.977,38

ANEXO 5

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS 31.12.X2 E 31.12.X1

	19X2	19X1
	R\$	R\$
ORIGEM DOS RECURSOS	<u>7.690.148,69</u>	<u>4.302.561,34</u>
DAS OPERAÇÕES	<u>1.691.921,43</u>	<u>890.102,45</u>
LUCRO LÍQ. DO EXERCÍCIO	153.191,49	259.386,47
DEPRECIAÇÕES	847.059,90	633.761,28
VAR. MON. DO EXIG. L. PRAZO	1.106.806,35	
AJUSTES DE EXERC. ANTER.	(415.136,31)	(3.045,30)
DOS ACIONISTAS	<u>5.998.227,26</u>	<u>3.280.200,00</u>
INTEGRALIZAÇÃO DE CAP.		3.280.200,00
CRÉDITOS DE ACIONISTAS	5.998.227,26	
DIMIN. DO REAL A L. PRAZO		132.258,89
APLICAÇÕES DE RECURSOS	<u>3.431.253,99</u>	<u>2.169.455,14</u>
AUMENTO DO REAL A L. PRAZO	167.352,88	
DIVIDENDOS PROPOSTOS	36.382,98	61.604,29
EM INVESTIMENTOS	13.505,43	138.453,15
NO IMOBILIZADO	3.214.012,70	1.800.995,92
DIM. NO EXIG. A LONGO PRAZO		168.401,78
AUM. NO CAP. CIRC. LÍQUIDO	4.258.894,70	2.133.106,20

DEMONSTRAÇÃO DO ACRÉSCIMO NO
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

	19X2	19X1
	R\$	R\$
ATIVO CIRCULANTE		
- FINAL	35.135.701,84	30.614.934,88
- INICIAL	30.614.934,88	18.747.351,49
PASSIVO CIRCULANTE		
- FINAL	28.196.114,78	27.934.242,52
- INICIAL	27.934.242,52	18.199.765,33
ACRÉSCIMO DO CAP. CIRC. LÍQUIDO	4.258.894,70	2.133.106,20